

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 24/Fev



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2512/2021



BAHIA

VIGILANTES VIPAC/EMBASA:

PROTESTOS, PREVISÃO DE PAGAMENTO, BLOQUEIO DE HOJE E MAIS NOTÍCIAS

Para atualizar as informações da luta dos mais de 420 vigilantes da caloteira Vipac e sua parceira Embasa, anote aí:



1) PROTESTO DA SEXTA NA BOLANDEIRA – O Ato de Protesto da sexta-feira, dia 19, foi considerado por todos o mais expressivo e forte já realizado naquele local por entidades sindicais e trabalhadores. Das 07h30 às 09h30 todos os portões permaneceram fechados e a fila de carros quase fecha a rua;

2) PROTESTO DA SEGUNDA - Na segunda o Ato foi menor, sem fechamento dos portões, mas os vigilantes de luta e a direção do Sindicato cumpriram seus papéis;

3) TREGUA/COVID - Para esta semana e tendo em vista a situação do Covid, os Vigilantes e a direção do Sindicato decidiram

suspender outros atos e realizar assembleias, provavelmente na próxima semana e a depender da situação da pandemia e dos pagamentos, para decidir os novos passos da luta;

4) **PROMESSA DE PAGAMENTO PARA ESTA QUARTA** – Na sexta, 19, a direção da Embasa afirmou aos trabalhadores e a direção do Sindicato da previsão de pagar o salário de janeiro até esta quarta-feira, dia 24. Vê, para crê!

5) **AS AFIRMAÇÕES DA EMBASA** que ainda causa preocupação e indignação (estão por escrito e responderam a indagações do Sindicato):
- que o salário de dezembro/2020 foi pago com o dinheiro da lei anticalote (o dinheiro da lei anticalote é para pagamento de férias, décimo e rescisão);
- que, realizado o pagamento do salário, a

Embasa está repassando regularmente a Vipac todo saldo da fatura (Mas, se as contas da Vipac não estão bloqueadas, como a Embasa está repassando grana para a vipraga? E se a Vipac está cheia de pendências - reciclagens vencidas, recolhimento de INSS, FGTS, etc., como a Embasa afirma que a Vipac está “limpa” para receber dinheiro?

6) **A VIPAC CONCORDOU COM O BLOQUEIO** - No processo judicial da 39ª Vara a Vipac juntou documento concordando com o bloqueio judicial de 1 milhão e seiscentos mil e o repasse ao Sindicato para pagamento de salários;

7) **JUIZA MANDA BLOQUEAR R\$ 1.686.954,48** – Hoje, após 42 dias de espera (pedido protocolado dia 11/01) a juíza da 39ª Vara mandou bloquear mais de um milhão de seiscentos mil e liberar ao Sindicato para pagamento dos salários.

Veja a seguir o inteiro teor do despacho:

**“PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO 39ª VARA DO TRABALHO
DE SALVADOR**

ACC 0000521-61.2020.5.05.0039

**AUTOR: SIND DOS EMP DE EMPRESAS DE SEG E VIGILANCIA DO EST BA E
OUTROS (2)**

RÉU: VIPAC SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA E OUTROS (4)

Intime-se a EMPRESA BAIANA DE AGUAS E SANEAMENTO SA para que retenha e deposite nestes autos, os créditos de titularidade da Reclamada VIPAC SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, cujo montante é no valor de R\$ 1.686.954,48 (hum milhão e seiscentos e oitenta e seis mil reais e quarenta e oito centavos), correspondente às verbas de dezembro/2020 e janeiro/2021, no prazo de lei. Comprovado o depósito, libere-se o crédito líquido supramencionado, devido ao Sindicato Autor, e venham conclusos para prolação de sentença

SALVADOR/BA, 23 de fevereiro de 2021.

ANA LUCIA MOREIRA ALVARES MIRANDA

Juiz(a) do Trabalho Titular”

8) Com esta decisão, aquele receio da Embasa ter pago o salário com o dinheiro da anticalote (do trabalhador) para deixar a fatura livre para a Vipraga, agora tem uma “trava”.

9) E aí Embasa? Cumpra a sua

responsabilidade: pague aos Vigilantes!

Estamos na luta.

Juntos somos fortes.

SINDVIGILANTES/BA

Empresa serve quentinha com cabelo na comida e ainda demite quem reclama



Em pleno século XXI, o Sindicato ainda recebe denúncias de problemas em refeições servidas aos vigilantes nos postos de trabalho e perseguição a quem reclama da falta de higiene e qualidade do alimento.

Esse é o caso da empresa F.E. Vigilância e Segurança, que afirma ter mais de 25 anos de mercado, mas fornece quentinhas com problemas de higiene para seus funcionários que trabalham no Hospital Santa Theresa, em Petrópolis.

Os problemas na alimentação servida aos vigilantes não foram alvos de denúncias apenas uma vez. O Sindicato apurou que é recorrente a falta de asseio no preparo do alimento e até cabelos foram encontrados no meio da comida.

Além disso, o vigilante que reclamar à empresa sobre a péssima qualidade da

quentinha servida, sofre retaliação e é demitido, como foi o caso de uma funcionária.

“Higiene e comida de qualidade é o mínimo que a empresa deve fornecer a seus funcionários. Se a empresa não tem condições de entregar alimentação de qualidade, que forneça o tíquete alimentação para os vigilantes. Vamos oficiar a F.E. Segurança e caso a situação permaneça, vamos pedir uma fiscalização do Ministério Público do Trabalho para verificar as condições do posto de serviço e também da alimentação servida”, afirma Adriano Linhares, presidente do Sindicato.

Sobre a demissão, o Sindicato alerta que a perseguição é juridicamente proibida e que os advogados do Sindicato tomarão as medidas cabíveis na proteção do emprego.

Fonte: [tribunadosvigilantes](#)

BOMBA! ESTÁ PROVADO QUE EDUARDO BLAUTH TRAIU A CATEGORIA POR UM CARGO DE COORDENADOR NA PREFEITURA

PORTARIA Nº 14.056, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

NOMEIA CARGO EM COMISSÃO
DE COORDENADOR DE ESPORTE
E LAZER

O Prefeito Municipal de São Jerônimo, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Municipal nº 3.565, de 29 de agosto de 2017 e na forma do artigo 12, I da Lei Municipal 1.875/2001,
RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o cidadão EDUARDO BLAUTH, para exercer o Cargo em Comissão de Coordenador de Esporte e Lazer – CC4 – lotado da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte, Cultura e Lazer.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04.01.2021.

São Jerônimo, 06 de janeiro de 2021

Evandro Agiz Heberle
Prefeito Municipal

Fábio Medeiros de Freitas

Secretário de Infraestrutura e Administração

Atenção vigilantes da Região Carbonífera: conforme já tínhamos denunciado, o Eduardo Blauth (Dudu), que foi uma liderança na qual acreditamos e investimos muito, traiu a categoria que representava em troca de um cargo, por uma teta na prefeitura.

ELE NEGOU ISSO quando denunciámos a traição, em dezembro, dizendo que não tinha cargo nenhum na jogada, mas a mentira tem perna curta.

A prova está no Diário Oficial de São Jerônimo do dia 06 de janeiro de 2021, onde consta que ele foi nomeado pelo prefeito, Evandro Agiz Heberle, para o cargo de COORDENADOR DE ESPORTES E LAZER da Prefeitura – CC4 (cargo de confiança). Vejam na reprodução a portaria com a nomeação.

Agora, a categoria precisa responder: quem estava errado, quem MENTIU, quem bancou o TRÁIRA, o sindicato que fez a denúncia ou

esse ex-representante que agora é CC da prefeitura?

Lembramos que, imediatamente após ele deixar o sindicato, a prefeitura mandou o Sindvigilantes desocupar a sala do município que estava emprestada para nossa subsede. De uma hora para outra, por causa dele, a categoria ficou sem representante e sem subsede na região.

Ele tinha todo apoio do presidente Dias, como nenhum outro dirigente do interior teve, com viatura à disposição em tempo integral, secretária na subsede, suporte financeiro, apoio jurídico e administrativo, teve TUDO que queria.

Mas garantiu a teta e decidiu que não precisava mais do sindicato, abandonou tudo, de surpresa, sem dar satisfação nenhuma pra ninguém.

Pior ainda, depois de ter confirmado que seria candidato pela chapa do Dias, de ter participado de reunião da chapa, se bandeou para a oposição, entrou na chapa 3 e saiu atacando violentamente o Dias e o Sindicato.

Se tivesse vergonha na cara, teria saído antes, teria avisado que não continuaria. Em vez disso, ficou até o último minuto do segundo tempo e depois cuspiu no prato que comeu durante anos.

O que ele fez foi vergonhoso, mentiu e traiu não apenas o sindicato, traiu a própria categoria que representava. Vigilante, quem é TRÁIRA dessa maneira merece alguma confiança? Um sujeito desses só podia mesmo estar na chapa dos amigos dos patrões!

Fonte: Sindvigilantes do Sul

Deputado Daniel Silveira contratou com cota parlamentar empresa de segurança de amigo em Petrópolis e sem registro na PF



Foto: Reprodução

O deputado federal Daniel Silveira (PSL-RJ) contratou uma empresa sem registro na Polícia Federal (PF), de propriedade de um amigo pessoal, para realizar a sua segurança pessoal. Os pagamentos foram feitos com dinheiro da cota parlamentar da Câmara dos Deputados. A empresa tem como diretor comercial um colega de Daniel, policial militar réu por sessão de tortura.

Desde que assumiu o mandato, em 2019, Silveira paga regularmente R\$ 8 mil por mês à empresa Global Company, de Petrópolis (RJ), referente a “serviço de segurança pessoal e vigilância”. A empresa, fundada em 2012, afirma em seu cadastro na Receita Federal realizar “atividades de vigilância e segurança privada”. No entanto, não possui a permissão formal para atuar na área, concedida em todo o país pela PF.

A Global já recebeu R\$ 184 mil pagos, segundo dados da Câmara. Silveira só perde para Flávio Nogueira, do PDT do Piauí, que gastou R\$ 187,3

mil desde o começo desta legislatura com esse tipo de serviço.

Na manhã desta terça, agentes da Polícia Federal estiveram na sede da Global Company para colher documentos e verificar o funcionamento da empresa. Pelas normas estabelecidas pela Polícia Federal, os empreendimentos que atuam na prestação de serviços de vigilância patrimonial, transporte de valores, escolta armada e segurança pessoal devem ser credenciados e fiscalizados pela PF. Mas, segundo a corporação, a Global não tem autorização para prestar nenhum desses serviços.

A empresa tem como proprietário o lutador Krav Maga Carlos Eduardo Passos de Paula. Ao GLOBO, Paula contou que conhece o deputado desde 2005, quando estudaram Direito na mesma instituição, e que presta serviços de “monitoramento, inteligência e segurança pessoal” desde a eleição, quando Silveira era pré-candidato. O gasto, no entanto, não consta nas despesas de campanhas apresentadas ao TSE, em 2018.

- Desde 2004 eu conheço o Daniel de vista na cidade, soube que ele foi segurança, mas passei a ter mais aproximação em 2005, na Faculdade de Direito. Não tinha muita amizade, mas como eu tenho várias pessoas, policiais, que trabalham comigo, fui apresentado e começamos a se falar. Em 2016 a gente se conheceu, eu pelo Krav Maga, ele pelo Muay Thai, tínhamos mais coisas em comum, mas em nenhum momento pela política - contou.

Paula afirma que o valor recebido é adequado

frente aos custos de uma segurança. O serviço, por sua vez, é prestado no estado do Rio de Janeiro, segundo ele. Em Brasília, a segurança fica a cargo da própria Câmara

Entre os funcionários da empresa e policiais está o militar Vinicius de Amorim Tosta, réu acusado de submeter seis jovens a uma sessão de tortura em Santa Teresa, na Região Central do Rio de Janeiro, na véspera do Natal, em 2015. Ele chegou a ser preso pelo crime, mas hoje divide a atuação como PM com o cargo de diretor comercial da Global, prestando consultorias na área.

Em vídeos e eventos da empresa, ele se apresenta como responsável pela área comercial da Global. No Facebook, Tostes aparece tendo o perfil do deputado no ciclo de amizades. Os dois estiveram juntos no mesmo período na Polícia Militar, executando trabalhos similares. No período em que Tosta cometeu o crime na UPP Fallet/Fogueteiro, Silveira trabalhava na UPP da Rocinha.

Naquela ocasião, jovens relataram que sofreram ferimentos nas pernas e nos braços por uma faca quente, numa abordagem feita pela equipe que Tosta integrava. Um dos jovens teve também uma parte do corpo queimada por uma faca quente e o cabelo incinerado com um isqueiro. Eles afirmam que foram obrigados a praticar sexo oral enquanto um PM filmava a cena na rua.

Os cinco jovens que voltavam de uma festa na comunidade Santo Amaro, no Catete, e teriam sido agredidos com uma faca quente e um isqueiro. Eles também foram obrigados a ficar nus na rua e praticar sexo oral enquanto um dos PMs os filmava. O caso, denunciado pelo Ministério Público Militar, ainda não foi julgado. De acordo com o relatório da investigação, “os acusados efetuaram diversas abordagens e, na maioria delas, agem com emprego de força desproporcional aos casos”.

Paula explica que não procedeu com a certificação na Polícia Federal pois “não trabalha com vigilantes armados na empresa”,

além de não desejar expandir o segmento de segurança pessoal, no qual atua para Silveira.

No entanto, ele relatou que as únicas pessoas armadas são os policiais que prestam serviço a ele. O mecanismo é comum nesse mercado. Quando possuem autorização na PF, os vigilantes privados só podem portar armas durante o exercício da profissão e em locais onde o uso é considerado necessária. Em compensação, policiais têm porte de arma, e costumam usar a das corporações nesses “bicos”.

- A questão é que a PF não esbarrou pois eu não ando armado, tenho uma equipe e é composta por policiais e esses sim podem andar armados - disse Paula, ressaltando que a empresa tem “conhecimento e capacidade”, além de capacitações no exterior.

Questionado sobre a presença de Tosta na empresa, Paula disse que a denúncia tem que ser apurada e que “isso não mancha o caráter de uma pessoa”. Por mensagens, Tosta negou que tenha trabalhado na segurança do deputado, disse que atua no “comercial como consultoria” e que não recebe por isso. Sobre o caso em 2015, o militar disse que não iria se manifestar.

Segundo o Regulamento Disciplinar da PM, servidores da ativa não podem ser sócios majoritários nem ter papel de gerência em empresas. Atualmente ele recebe R\$ 4.826,90 por mês como policial militar, segundo dados do Portal da Transparência do estado.

Procurada, a defesa de Daniel Silveira disse “que, nesse momento, se concentra em reverter o cenário de flagrante ilegalidade da prisão”. A nota diz, ainda, que “todos os fatos já foram ampla e notoriamente esclarecidos e que qualquer tentativa de trazê-los à tona, mais uma vez, corroboram apenas para o assassinato de reputação que se intenta contra o parlamentar.”

Fonte: [Jornal O Globo](#)

Prova de vida do INSS será digital e voltará a ser obrigatória em maio

Aplicativo do governo federal poderá ser usado para atualizar as informações de 5,3 milhões de aposentados e pensionistas



Rafaela Felicciano/Metrópoles

O governo federal prorrogou por mais 60 dias a suspensão de prova de vida de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A partir de maio, segundo o órgão, o protocolo voltará a ser obrigatório.

Com a pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, a exigência ficou suspensa. Agora, todo o processo será feito por um aplicativo. Antes, o aposentado ou pensionista, por exemplo, tinha que comparecer presencialmente ao banco em que recebe o benefício e apresentar um documento

de identificação com foto.

Nesta terça-feira (23/2), o INSS detalhou como a prova de vida será feita. Pelo aplicativo Meu INSS, o beneficiário será avisado da necessidade de fazer a prova de vida e será direcionado ao aplicativo Meu Gov.Br, para a atualização das informações.

O processo usará a biometria facial. O INSS usará a base de dados do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Fonte: Metrôpoles

A CONQUISTA DO VOTO FEMININO

O voto feminino no Brasil foi reconhecido em 1932 e incorporado à Constituição de 1934, mas era facultativo. Em 1965, tornou-se obrigatório, sendo equiparado ao dos homens



As mulheres brasileiras conquistaram o direito de votar em 24 de fevereiro de 1932, por meio do Decreto 21.076, do então presidente Getúlio Vargas, que instituiu o Código Eleitoral. Vargas chefiava o governo provisório desde o final de 1930, quando havia liderado um movimento civil-militar que depôs o presidente Washington Luís. Uma das bandeiras desse movimento (Revolução de 30) era a reforma eleitoral. O decreto também criou a Justiça Eleitoral e instituiu o voto secreto.

Em 1933, houve eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, e as mulheres puderam votar e ser votadas pela primeira vez. A Constituinte elaborou uma nova Constituição, que entrou em vigor em 1934, consolidando o voto feminino – uma conquista do movimento feminista da época.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Histórico

A década de 1920 assistiu a diversos movimentos de contestação à ordem vigente. Em 1922, por exemplo, houve importantes acontecimentos que colocavam em xeque a República Velha, entre eles a Semana de Arte Moderna, o Movimento Tenentista e a fundação do Partido Comunista do Brasil. Nesse contexto, ganhou força o movimento feminista, tendo à frente a professora Maria Lacerda de Moura e a bióloga Bertha Lutz, que fundaram a Liga para a Emancipação Internacional da Mulher – um grupo de estudos cuja finalidade era a luta pela igualdade política das mulheres.

Posteriormente, Bertha Lutz criou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, considerada a primeira sociedade feminista brasileira. Essa organização tinha como objetivos básicos: “promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina; proteger as mães e a infância; obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino; auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-la na escolha de uma profissão; estimular o espírito de sociabilidade e cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de alcance público; assegurar à mulher direitos políticos e preparação para o exercício inteligente desses direitos; e estreitar os laços de amizade com os demais países americanos.”

Fonte: camara.leg.br

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF